

A "Cidadanização" da mulher em seu contexto familiar: um desafio ético ao Serviço Social

The process of making women full citizens in its family context: an ethical challenge to social service

Resumo

O presente artigo objetiva dar relevância a algumas categorias que emergiram nos depoimentos pessoais das mulheres entrevistadas pelo Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família, do Departamento de Serviço Social da UFSC. A pesquisa qualitativa desenvolvida nos anos de 1994 e 1995, teve como universo os usuários das instituições campos de estágio ligadas ao Núcleo e localizadas na Grande Florianópolis. A vida cotidiana, o trabalho e as redes de solidariedade em que estão imersas essas famílias, proporcionaram amplo material de análise que evidenciou a mulher/mãe como figura de proa, tanto nas relações de produção e reprodução da força de trabalho quanto na esfera afetiva, garantidora da manutenção da linhagem familiar. A cidadanização da mulher/mãe se configura como desafio ético/político ao Serviço Social.

Palavras Chaves: cotidiano; redes de solidariedade; famílias monoparentais; famílias populares; papel da mulher.

Abstract

The purpose of this article is to give relevance to some categories that emerge in personal narratives of the women interviewed by the "Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família" (Nucleus for the Study of the Child, Adolescent and Family) in the Social Assistance Department at UFSC. The qualitative research carried out in 1994 and 1995, had as its universe those who were served by institutions, with training areas linked to the Nucleus and located in Greater Florianópolis. The daily life, the work and the solidarity networks in which these families are immersed, provide abundant material for analysis, which shows evidence of the woman/mother as the figure at the prow, regarding both the production and reproduction of the labor force, while in the affective sphere, she is the one who guarantees the maintaining of the family line. The process of making the woman/mother a full citizen constitutes an ethical/political challenge to Social Service.

Key Words: daily life; networks of solidarity; one-parent families; popular families; role of the woman.



Marli Palma Souza*

Geney M. K. Takashima**

* Professora do Departamento de Serviço Social – CSE/UFSC- Mestre em Serviço Social e Doutoranda em Serviço Social PUC/SP.

** Professora Coordenadora do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família – DSS/CSE/UFSC. Doutoranda em Filosofia da Saúde – REPEMSUL/UFSC.

Introdução

O presente artigo busca dar relevância a algumas categorias emergentes em uma pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos da Criança Adolescente e Família do Departamento de Serviço Social da UFSC, nos anos de 1994 e 1995.

Através de abordagem qualitativa, coletamos o depoimento pessoal de 100 famílias, centrando a atenção nos processos e experiências subjetivas de reprodução das famílias populares que utilizam os espaços institucionais – campos de estágio do Núcleo da Família na área da Grande Florianópolis. A soma das fragmentárias experiências das pessoas envolvidas, bem como, suas lutas e privações nos proporcionou farto material de análise. Dentre as categorias emergentes, assumiu maior visibilidade o papel da mulher/mãe como figura de proa, quer seja no estabelecimento e manutenção de redes de sociabilidade e solidariedade, quer na dimensão cotidiana da reprodução.

Chamou-nos a atenção a presença dessa mulher que a despeito das limitações ideológico-culturais, políticas, jurídicas e institucionais, raramente delega seus papéis de mãe, de gerente das atividades cotidianas e de organizadora da vida familiar, numa perspectiva mais ampla das necessidades e recursos da família. Das 100 famílias entrevistadas, em apenas um caso, por viuvez, não se registrou a presença da mãe. É ela a encarregada de maximizar os escassos recursos disponíveis transformando-as em bens e serviços capazes de atender a múltiplas necessidades familiares. Esse papel dinâmico, que se inscreve no cotidiano imprevisível da sobrevivência e que em nenhum dos cem casos entrevistados foi substituído pelo homem, será objeto de análise deste estudo que teve seu foco ampliado por questões como: é possível a

cidadanização da mulher excluída? Qual o desafio ético do Serviço Social na viabilização da cidadania dos grupos empobrecidos?

Vida cotidiana e trabalho

Para Bruschini (1994, p. 64) a importante contribuição do trabalho da mulher tem se mantido oculto por força de um direcionamento metodológico das pesquisas que enfatizam o trabalho formal reconhecido pelo sistema econômico vigente. Excluem-se desse panorama as atividades domésticas cotidianas e as entradas eventuais da mulher no mundo do trabalho. Para a autora, “o trabalho feminino é uma trajetória de certa forma descontínua de entradas e saídas do mercado, equilibrando as necessidades de reprodução e as atividades produtivas que social e culturalmente lhes são atribuídas”. Tanto Bruschini (1994, p. 63) quanto Bethencourt (In: Cariola, 1992, p. 98) encarecem a necessidade de reconceitualizar, de forma abrangente, o que seja trabalho permitindo que as atividades domésticas, se transformem numa forma de trabalho tão significativa quanto aquelas ligadas à produção. Bruschini (1994, p. 67) sugere que o trabalho deva ser definido como “toda a atividade necessária para o bem estar dos indivíduos, das famílias e da sociedade”. Desta forma a autora estaria protegendo o papel de dona de casa, de ser tratado como inatividade econômica.

Para Bethencourt (In: Cariola, 1992, p.99) a família é o âmbito no qual se desenvolvem os distintos mecanismos necessários a reprodução generacional dos membros da famílias através da satisfação das necessidades. No caso das famílias populares, trava-se em seu âmbito, uma luta aguda pela sobrevivência o que inclui diversos mecanismos econômicos e cotidianos singulares

que as diferenciam dos demais grupos sociais.

Dentro das famílias compete a mulher o papel criativo de estar constantemente recriando uma práxis cotidiana de satisfação das necessidades através de recursos escassos e descontínuos, hierarquizando gastos e transformando renda em consumo. Das famílias pesquisadas 90,6% das mães, desenvolvem algum tipo de trabalho remunerado. Destas, 42% não tem vínculo empregatício e na sua maioria desenvolvem trabalho doméstico.

Quando a mulher trabalha além do espaço doméstico, as horas livres são dedicadas as tarefas domésticas configurando múltiplas jornadas. O marido ou companheiro raramente participa dessas atividades e as filhas são as colaboradoras mais constantes seguindo a divisão tradicional de papéis em que as mulheres se encarregam das atividades internas do lar enquanto os homens, em tese, estabelecem contatos com o mundo exterior. Os depoimentos abaixo ilustram esse cotidiano:

Acordamos cedo fazemos fila para o banheiro (na minha casa só tem um) depois tomamos café. O café, eu faço enquanto eles se arrumam para trabalhar e estudar. Depois que o marido e os filhos saem arrumo a casa, lavo roupa, faço almoço, limpo o quintal. Quando a turma chega para almoçar é outro boleio. Banheiro, reclamações sobre o almoço, eles nunca estão contentes com o que tem, querem sempre alguma coisa diferente, sempre acham defeito na comida que eu faço, mas eu não ligo. Almoçamos e todos saem novamente. Para variar eu sou a última a sair pois a cozinha fica para mim arrumar. Tudo isso eu tenho que fazer rápido pois a 1 hora tenho que estar no serviço. Quando chego no Posto de Saúde tenho que trabalhar muito rápido, já que minha função é manter o posto limpo e ele é muito grande para uma pessoa sozinha dar conta. Daí quando chega no final do dia eu estou morta. Vou para casa, faço a janta, passo roupa e depois

vou ver televisão. A cozinha fica por conta da minha filha, durmo sempre às 10:30 da noite (Entrevista nº 11).

A sobrevivência requer arranjos na qual a mulher/mãe é deixada sozinha a executá-los?

Acordo às 5 horas da manhã, faço café e arrumo a roupa dos filhos, saio às 6 horas e começo a trabalhar às 7 horas permanecendo no emprego até às 16 horas. Apanho a filha mais nova no Lar e volto para casa. Sempre tem muita coisa para fazer, pois nem marido, nem filhos ajudam nos serviços de casa. (Entrevista nº 12)

É comum que os filhos se integrem com a mãe tanto nas tarefas domésticas como nas extra-domésticas, complementando a renda:

...levanto cedo dou café puro com pão para todos e saio para trabalhar. O filho menor fica em casa sozinho, o mais velho vai para a escola e o marido sai para o trabalho. O almoço (arroz com feijão ou macarrão com feijão) eu preparo a noite. A tarde o maior (8 anos) e o menor (5 anos) vão para as ruas pedir comida, dinheiro, de casa em casa no bairro e a noite todos voltam para casa. (Entrevista nº 22).

Quando a mulher mãe trabalha além do espaço doméstico conta com pouco apoio para o cuidado dos filhos. Os recursos institucionais (creche), quando existentes não são suficientes para atender a demanda. Recorre-se então ao apoio familiar ou vicinal para tomar conta das crianças, ou estes são deixados sozinhos em casa.

Jucélia e seus quatro filhos acordam as sete horas da manhã. Na segunda, quarta, quinta e sexta-feiras, Jucélia tem faxina para fazer. Na segunda-feira ela acorda às 7 horas, faz o café, troca a pequena, deixa os pequenos sozinhos e pede que alguns vizinhos olhem por eles. Como ela faz faxina em um prédio leva a menor, trabalha e fica olhando à toda hora o que é muito cansativo pois as patroas são muito exigentes gostam de tudo muito limpo e ela não

pode faltar. Como o prédio fica perto de sua casa ela vai de vez em quando olhar as outras crianças, volta para casa na hora do almoço faz a comida, arruma os maiores e depois eles vão para a escola. A pequena dorme e uma vizinha fica olhando, quando a criança acorda, essa mesma vizinha vai até o prédio para chamá-la. Jucélia volta, arruma a pequena, dá comida e a leva de volta ao prédio, onde permanece até às 18 horas. Chegando em casa faz comida, dá banho nas crianças e as coloca para dormir. Vai então arrumar sua casa, lavar a louça e passar o resto da roupa. Toma banho vê um pouco de TV e vai dormir. (Entrevista nº 41).

Observa-se que nos casos de famílias matrifocais as condições de vida de seus membros são bastante precárias. Como observou Cornelly (1986, p. 51), geralmente o pai ao abandonar o lar se sente desobrigado de qualquer responsabilidade em relação aos filhos e é a mulher que assume a responsabilidade que corresponde a ambos. As mulheres também não reconhecem como direito a obrigação que os pais têm na manutenção dos filhos principalmente, quando este formou um novo lar. Desta forma, o desempenho dos dois papéis pela mulher, agudiza as condições já desfavoráveis, criando desequilíbrio na organização familiar e sobrecarregando a mulher/mãe. Há autores que já descrevem esse fenômeno como **feminização da pobreza**.

Na conjuntura brasileira registra-se expressivo número de 3,3 milhões de crianças e adolescentes que fazem parte de famílias chefiadas por mulheres. De cada 4 brasileiros indigentes menores de 18 anos um se encontra nesse tipo de organização (IPEA, 1993). Os dados estatísticos revelam que a proporção que a idade da criança se aproxima em direção à adolescência, há uma elevação no número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Como revela o IPEA (1993) as famílias com filhos entre 15 e 17 anos

apresentem uma incidência de 28% de chefias femininas, caindo esse percentual para 23% no seguimento de 7 a 14 anos e para 22% de 0 a 6 anos. Conforme ressalta o IPEA, esse dado da chefia feminina é característico de área urbana e mais acentuadamente metropolitana, enquanto que nas áreas rurais há uma redução significativa. A pesquisa por nós realizada, na grande Florianópolis evidenciou considerável proporção de famílias matrilineares (28%), cujo ciclo de vida predominante era o de maturidade no qual se concebia que os filhos já estavam em idade escolar possibilitando a saída da mãe para o mercado de trabalho. Embora o estudo não tenha contabilizado o número de famílias monoparentais por ciclo de vida, trabalhou com três ciclos: o de constituição, o de maturidade e o da velhice.

A linearidade do viver das famílias até aqui apresentadas com suas rotinas estressantes, nos fizeram refletir até que ponto o Serviço Social tenta conhecer esse cotidiano. É possível desenvolver estudos ou programas sócio familiares efetivos sem desvelá-lo?

Redes de sociabilidade e solidariedade

Hanna Arendt (1983) se refere a inevitabilidade da teia de relações humanas onde quer que os homens vivam juntos. A família se constitui igualmente como um universo de relações diferenciadas e as mudanças atingem de modo diverso cada uma dessas relações e cada uma das partes da relação. Elkaim se refere a essas relações como redes as quais ela classifica como rede **primária** e secundária. Para a autora, a rede primária é constituída pela encruzilhada do que denominamos de vida privada e vida pública; é uma microsociologia, constituída por um conjunto de indivíduos que se comunicam entre si a partir de afi-

nidades pessoais, fora de todo contexto institucionalizado. Definida a partir de uma pessoa, seria a totalidade de parentes, amigos, vizinhos, etc.. Evolui conforme idades da vida, posição social, mudança ou função parental alterando a configuração da rede primária. Cada rede primária é única. Num contexto urbano a rede primária tem um alcance que varia entre 25 a 40 pessoas (rede estendida) entre as quais se recorta uma rede de 6 a 10 pessoas com quem se tem contato íntimo (rede afetiva).

Retornando ao caso das famílias pesquisadas, a rede primária foi a forma de apoio que 68% destas, utilizavam no enfrentamento das necessidades cotidianas e emergências.

A **rede secundária**, que se define a partir de uma tarefa, uma instituição, é constituída pelo conjunto de pessoas ao redor de uma mesma função, num marco institucionalizado. Para vários pesquisadores, o conceito de rede primária permite discutir os laços entre os fatores psicológicos e sociais no campo da saúde mental, como as primeiras malhas do tecido social no conjunto de relações interpessoais.

As famílias pesquisadas se utilizaram preponderantemente na rede secundária da Igrejas, Polícia Militar (para nossa surpresa, com grande função social e não primordialmente de segurança), Hospitais, Postos de Saúde, buscando auxílio espiritual e material, o que totalizou 32% da demanda. Foram os momentos difíceis que as levaram a se mobilizar e articular os recursos sociais. Diante da debilidade da rede formal de assistência se fortaleceu a solidariedade informal.

A mulher é a principal figura nesta trama de rede das relações sociais estabelecendo os nexos, tanto em termos de sobrevivência, quanto em termos de elo de parentesco entre filhos com paternidade diversas.

Também na transmissão de valores culturais e éticos e no entrelaçamento das redes primárias e secundárias, a mulher assume liderança.

Os depoimentos das entrevistadas são ilustrativos:

... vou até o inferno para dar o que comer para os meus filhos. (Entrevista nº 22)

A escola me dá material escolar, o posto de saúde no caso de doença, remédio, e a igreja me dá rancho. (Entrevista nº 14).

Nesta época eu já estava com dois filhos, pois meu marido dizia que "prato que comia um, comiam dez". Foi então nessa época que eu consegui chegar ao quinto filho. Foi a partir daí que comecei a ficar esperta e passei a tomar comprimido. Passei a sentir uma responsabilidade muito grande em relação às crianças porque não é só dar o que comer, amor e carinho mas também precisa de educação saúde e outras coisas mais. (Entrevista nº 11)

O recurso e a referência às instituições não são muito frequentes, o que nos leva a questionar se falta maior divulgação dos serviços, se os critérios de admissão são excludentes ou se a descontinuidade dos programas sociais desanima as mães a buscá-los.

Por outro lado, observa-se que a busca de recursos institucionais é evitada pelo rótulo de "dependente" da assistência pública o que denota em última análise ausência de cidadania.

Cohn (1995, p. 54) nos traz uma importante contribuição nesse aspecto, ao conceituar pobreza como algo "que não se define somente pelo não acesso a níveis de rendimento que permitam a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos no espaço privado. Pois a condição de pobre tende a ser associada a situação de "carente" e a pertinência a grupos vulneráveis vítimas de discriminações de toda ordem inclusive no

plano simbólico da cultura que normatiza os padrões de sociabilidade. É preciso discriminá-los agora positivamente tendo como objetivo criar as condições para não só aliviar como também superar a pobreza".

Os depoimentos que seguem ilustram a "negação" do auxílio institucional.

Conto com os vizinhos, amigos que me dão roupas e coisas de gênero. Não procuro instituição. (Entrevista nº 30)

Quando ela e o marido ficavam desempregados, sua mãe e as vizinhas ajudavam emprestando alimentos, principalmente o leite para fazer a mamadeira das crianças menores... embora exista creche na sua comunidade, nunca deixou seus filhos fora de casa, pois quando saía para o trabalho preferia deixá-los aos cuidados de seu companheiro... (Interpretação da entrevista nº 32).

Procuramos mais a igreja, porque sempre que vamos procura as associação nunca tivemos ajuda. Um dia o meu pequeno ficou doente, fui ver se conseguia um tique para leite disseram que não tinha mais que passasse na semana seguinte. Nas escola s Sheila e Solange ganha lanche. Quem gosta do pobre é a lata de lixo, ninguém gosta de ajudar, só de chamar de vagabundo". (Entrevista nº 35).

As redes de relações desempenham papel fundamental como estratégias de sobrevivência. Para Haguette (apud Guareschi, 1992, p. 74) as famílias não absorvidas pelas atividades formais de produção tanto pela demanda reduzida do mercado de trabalho como pela desqualificação da mão de obra, direcionam suas atividades em dois parâmetros: **estratégias de sobrevivência positivas**, que compreendem as iniciativas de um membro da família ou da família como um todo, na diversificação de sua base de sobrevivência, através de horas extras; execução de segunda ou terceira ocupação; trabalho da mulher

e/ou dos filhos menores; criação de animais domésticos; renda de pequenos serviços etc.

As estratégias de sobrevivência denominadas **negativas** são as que reprimem as necessidades e o consumo para adaptá-los a renda disponível. Enquadram-se aqui as privações que a família se impõe, como os precários padrões de alimentação, habitação, vestuário, as longas andanças para diminuir a despesa com transporte:

Sônia responde que sobrevive da ajuda de dois vizinhos e que faz a neta frequentar a Igreja Assembléia de Deus, porque todo mês os irmãos ajudam. Ela diz que economiza bastante, não deixa a menina comer fora de ora, ela é quem faz o prato da comida da neta, e quando não tem o que comer passa fome, não deixa a neta pedir mas aceita que ganha com muita alegria. (Entrevista nº 93).

Os parentes não ajudam também porque são pobres mas dão apoio moral (Entrevista nº 78).

Procuro os vizinhos e as pessoas da igreja, teve vezes que procurei a polícia para levar meu marido ao hospital. (Entrevista nº 25).

Falcão (1995, p. 35) lembra que os antigos clubes de mães, clubes para gestantes, ruas de lazer proporcionavam apoio social/assistencial voltados à família. Tais serviços hoje são escassos e trabalham sem objetivos definidos e com poucos recursos. O atual perfil de proteção social brasileira segundo Cohn (1995, p. 56) caracteriza-se por políticas e programas sociais setoriais desconexos com alto grau de ineficácia.

Os serviços especializados de atenção à família precisam ser uma referência constante para os seguimentos populares evitando-se a sua interrupção ou a sua mudança de programação de acordo com o plano governamental em vigência.

De acordo com o Banco Mundial (Cohn, 1995, p. 57), a ineficácia

dos programas sociais em 1980, era de tal ordem que os mais pobres (quase 1/5 da população) recebiam apenas 7% do total de benefícios e os 4% de maior renda receberam 18% do total de benefícios.

Cohn concluiu que os programas sociais atingem proporcionalmente mais ou menos pobres dentre os países, e significativa proporção dos não pobres.

A corroborar com a autora, verificamos com surpresa, em nossa pesquisa, que entre os usuários das instituições sociais campos de estágio, não figuram as famílias mais pobres.

Pistas para reconstrução da cidadania

Qual a possibilidade da efetivação dos direitos formais face as precárias condições materiais de existência vividas pela maioria das mulheres brasileiras?

Como possibilitar a articulação entre leis e práticas sociais, face a um contexto de cultura excludente da cidadania?

O Código de Ética dos Assistentes Sociais (CFAS, 1993) reconheceu que valores e práticas até então secundarizados (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc.) adquiriram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania. Com isso, resituou as questões do compromisso ético político dos Assistentes Sociais e da avaliação da qualidade dos seus serviços.

Na mesma linha de pensamento Guattari (1989) busca criar novos paradigmas que ampliem tanto ética quanto esteticamente novas formas de ser das pessoas e das famílias. Refere-se a algumas possíveis formas de reconstrução das práxis humanas nos diferentes âmbitos (fami-

liar, comunitário, urbano) e em todos os níveis do "socio" (ecologia social). Acrescenta que o poder capitalista desterritorializou e penetrou no mais inconsciente extrato subjetivo. Portanto, não basta apenas se opor por fora através de práticas sindicais e políticas. É na ecologia mental, na vida cotidiana individual, doméstica, conjugal, de vizinhança, da criação e de ética pessoal que é possível alcançar alguma transformação que redunde em uma nova qualidade de vida para as famílias.

Privilegia-se através da ecologia social as práticas inovadoras, as experiências alternativas centradas no respeito, na singularidade e trabalho, na permanente produção de subjetividade que vai adquirindo autonomia e ao mesmo tempo se articulando com o resto da sociedade.

Observamos no decorrer da pesquisa por nós realizada, que a luta diária pela sobrevivência traz uma gradativa deterioração de qualquer idéia de tempo futuro e que o processo de estruturação do ego na situação de pobreza, tende a comprometer-se fugindo do passado familiar, desconhecendo como será o amanhã e não tendo como ancorar sua identidade. Isso nos revela que não basta melhorar as condições de vida dos miseráveis,

É no projeto social aí colocado que se interliga o projeto profissional do Serviço Social: – pensar a Ética como pressuposto teórico político.

Conforme inúmeras autoras, o processo de **cidadanização** da sociedade brasileira, e notadamente das mulheres, tem avançado, apesar das forças contrárias, lenta e gradualmente ampliando seus espaços.

É preciso ampliar articulações e alianças, com sistemas de ensino, grupos de defesa dos direitos humanos, ONGs, OGs, definindo estratégias de incorporação dos direitos das mulheres pelo Estado e pela sociedade como um todo.

O desafio a ser pensado e proposto é a constante mobilização tanto em termos internos dos grupos, instituições e movimentos, como com a sociedade civil de um modo geral, principalmente os setores abertos e democráticos, para colocar em debate, o reduzido investimento social, a privatização do Estado em áreas fundamentais, a deterioração dos serviços públicos, e o empobrecimento geral.

É preciso transformar as **carências** em **direitos** e não mais vê-las apenas na ótica de problemas o que acaba gerando baixa auto-estima, falta de perspectiva e estigmatização.

Dada a crescente feminização da pobreza é importante que a mulher chefe de família, seja auxiliada através de planos governamentais orientados para a criação de programas especiais de empregos, formação para o trabalho, linha de crédito para montagem de projetos de gerações de renda e para aquisição da casa própria.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- BETHENCOURT, Luisa. Lo cotidiano da la sobrevivencia: organizacion doméstica y rol de la mujer. In: Cariola Cecília, (org). *Sobrevivir en la pobreza: El fin de una ilusion*. Venezuela: CENDES, 1992.
- BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher no Brasil: Tendências recentes. In: *Mulher Brasileira é assim*. Saffioti, H. et alli (org), Brasília, Rosa dos Tempos, UNICEF/NIPAS, 1993.
- Código de Ética Profissional do Assistente Social. CFAS, 1993.
- COHN, Amélia. *Relatório para a Cúpula de Desenvolvimento Social* CEDEC/FMUSP, 1994. (mimeo.)
- CORNELLY, Seno. *Discurso de abertura do Seminário Latino Americano de Família de Comunidade*. Porto alegre, maio 1986. (anotações)
- FALCÃO, Maria do Carmo. *Serviços de Proteção Familiar - CBIA*, São Paulo: IEE - PUC, 1994.
- GUARESCHI, Pedrinho et al., *Os aprendizes da sobrevivência*. Recife: Editora Universitária, 1992.
- GUATARRI, Felix. *Ecologia Mental e Social*. São Paulo: Cortez, 1989.
- IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil*, 1993.
- IBGE, *Indicadores Sociais*. v. 4/1990.
- IPEA/IBGE, 1990.
- TAKASHIMA, G. PALMA, M., PONTES, I. Relatório de Pesquisa: *Sobrevivência das Famílias Populares usuárias das Instituições campos de estágio - uma análise das estratégias*. NECAD/UFSC, 1994. (mimeo.)

Endereços - Autoras

Marli

Rua das Cerejeiras, 53

Bairro: Carvoeira

CEP: 88040-300

Florianópolis/SC

E-Mail: meyer@matrix.com.br

Geney

Rua: Prof. Maria Madalena Moura Ferro, 182

Bairro: Estreito

CEP: 88075-320

Florianópolis/SC

E-Mail: gmkt@mbox1.ufsc.br